

# Um tijolo na construção do edifício político

Teotônio Vilela chegou ao plenário pouco antes de sua vez de falar. Carregava nas mãos o cigarro e as laudas do seu discurso. Encontrou logo Daniel Krieger (Arena-Rio Grande do Sul) que mais tarde seria um dos raros arenistas em plenário a ouvir Vilela com total atenção. Iniciada a fala, dos seis membros da liderança da Arena, somente Ruy Santos presente, que no meio do discurso retirou-se.

Paulo Brossard (MDB-Rio Grande do Sul), desta vez preferiu não apartear Vilela — o fizeram Luiz Cavalcanti, Franco Montoro e Marcos Freire — mas pontuou seguidamente com exclamações de “muito bem” e outros breves comentários que não impediram o orador de prosseguir, apenas fazendo menção que suas observações estavam sendo consideradas.

De primeiro, Teotônio Vilela fez menção às duas mensagens presidenciais enviadas ao Congresso nos dois últimos anos, a de 1975 e 1976 (Montoro e Brossard já tinham em mãos a Mensagem de 75 e baseado nela foi que Montoro deu seu aparte mais tarde). Disse Vilela que na Mensagem de 75 o Presidente da República preocupava-se com o setor político, que de “tão estagnado, retrogredira. Arrancou-o da perplexidade quase desiludida e o projetou no âmbito público, sugerindo-lhe inclusive tarefas arrojadas, como a de imaginar artes e mecanismos políticos que garantissem o aprimoramento democrático, no meu entender ou noutra linguagem: a ordenação do problema institucional”.

Já na Mensagem de 1976 o Presidente Geisel manifestou “outra ordem de preocupações: a possível frustração do povo, fazendo menção especial à juventude — “torrente impetuosa” — e mais uma vez apela para os políticos no sentido de que não deixem que isso aconteça”.

— Se o presidente Geisel ainda não traçou, em termos plenamente satisfatórios, o o roteiro das intenções constitucionais que todos almejamos, não se poderá dizer que se tenha esquecido o problema institucional brasileiro. Nota-se apenas que é bastante ampla a sua visão das coisas e exatamente por isso é fácil extrair as principais premissas do seu pensamento político no que tange à forma de chegar ao final do projeto de consolidação política que dele esperamos.

Disse Vilela que “se muito não progredimos na construção do nosso edifício político, também não se poderá dizer que o imobilismo nos deixou de braços cruzados no ano que passou”, para lamentar “o pouco amor à ilusão, talvez porque tanto a cultive. A liberdade que cultivo dentro de mim como um

dom de Deus e da natureza transporta-me, não obstante a veraz conjuntura que nos cerca, ao mundo do pensamento ousado que só se abre um palmo depois do nariz, exatamente onde começa o reino da ilusão construtiva”.

Voltou assim, Teotônio Vilela, à tribuna, com os mesmos propósitos anteriores de colocar em plano prioritário o debate institucional, “cujos caminhos procuramos por entre as inúmeras veredas com que nos defrontamos. Sem dúvida alguma a Mensagem presidencial deve servir de guia, até certo ponto, para os caminhos desejados”.

— Creio na boa fé como princípio de tudo, e porque creio assim é que reconheço nas sutilezas das palavras o engenho e a arte com que às vezes temos que preservar da clareza excessiva os guardados que necessitam de sombras protetoras. Se não sei bem para onde vamos, além do binômio segurança-desenvolvimento, confio que saberemos amanhã, mesmo porque no dia em que não confiarmos no nosso destino, teremos abdicado da responsabilidade de homens públicos. Se não sei para onde vamos, cumpre-nos ao menos perguntar e é esta, sem dúvida, a última razão dos aflitos.

Indo buscar no “passado o sentido da Revolução, que é sobretudo um movimento de cultura política e não apenas um instrumento transitório de repressão aos inimigos da Democracia”, disse Vilela que a repressão é necessária, mas não é o essencial no movimento. Inimigos “teremos por toda a vida e o que é transitório, pela natureza do seu significado, não pode embargar por muito tempo o que é essencial: a normalidade política da Nação”.

Luiz Cavalcante (Arena-Alagoas) quebrou a harmonia de escuta do ambiente para falar da coragem do orador e aplicar-lhe a paráfrase: “Minha arma é a palavra, meu descanso é o pelear” ao que Vilela respondeu baixo e humilde, como responderia baixo e humilde aos apartes de Montoro e Marcos Freire “Fico comovido e estimulado com suas palavras”.

Prosseguiu Teotônio. — A revolução permanece insensível à liberdade partidária, ao habeas corpus, aos direitos civis, a todo um elenco de princípios fundamentais da Democracia. Posição que parece-lhe estranha diante do quadro nacional “de paz, trabalho e prosperidade” assegurado pela Mensagem Presidencial de 1.º de março. Ressaltou que não podemos fugir a um roteiro de essencialidades ético-políticas impostergáveis e que, mesmo fugindo, a memória da nação seria o nosso próprio carrasco, para sentenciar que o problema constitucional continua com os mesmos sintomas de incompatibilidade entre o império da lei e a ordem, ou entre a segurança e o poder constitucional.

Pois tanto é duvidoso o poder cuja ordem é decretada pela força, quanto é duvidoso o poder cuja lei falece para manter a ordem. O verdadeiro equilíbrio da sociedade é sobretudo uma questão de confiança. Tanto a situação anterior a 64 quanto a posterior foi revigorar a lei e restabelecer a ordem: E não fazer da ordem um instrumento contra a lei.

Situou Teotônio que os atos excepcionais são frutos de emergência e se outras razões não existissem, só por isso deixariam de ser aceitáveis como base de alinhamento político estável. Investe-se poder fantasmagórico ao AI-5, na presunção de torná-lo o símbolo da autoridade, quando a autoridade revolucionária se ampara na excessão, vale fun-

damentalmente pelas razões soberanas de sua significação de ser: a restauração da Democracia.

A esta altura Roberto Saturnino foi chamado à atenção por um deputado que não conseguiu conversação. Ele ouvia Teotônio a enfatizar que a grandeza de um Estado não se constrói com a força que evoca simplesmente obediência incondicional ou cumprimento indiferente de suas determinações, mas com a lei — fruto da inteligência e do coração, do padrão de comportamento e cultura de um povo. E se assim não fosse, não teria a lei a existência revestida do sentimento de veneração — o mesmo que se devota a todos os grandes símbolos da pátria.

Embora destacando que em 12 anos “a Revolução promoveu melhorias sensíveis no seio das populações brasileiras”, Teotônio observou que a “Nação tem compromissos políticos internos e externos que já chegaram ao ponto máximo de tolerância democrática”, e enalteceu a iniciativa do Presidente da República de reabrir perspectivas para “um encontro de contas entre a Revolução e a Democracia”. Seguiu-se outra expressão aprovativa de Paulo Brossard.

O mundo, para Teotônio Vilela, divide-se hoje claramente entre o liberalismo e o comunismo. Por isso cre, que como potência emergente que somos, a nossa visão do futuro “é pôr de pé as idéias próprias que já construímos, ordená-las e projetá-las como forças supremas do desenvolvimento e da segurança. Essas idéias cresceram e se enraizaram no solo da cultura ocidental que herdamos; daí as nossas afinidades literárias, jurídicas, religiosas, políticas, econômicas e civis.

Indagou Vilela: “Para onde vamos? Em que mundo e em que nuvens podemos nos esconder fora do liberalismo? Nele é que está a nossa formação política, nele é que estão os nossos líderes maiores e os nossos mártires, as idéias sublimes e as lutas heroicas, todo o esforço do passado e toda a aspiração do futuro”. Reconhecendo “o progresso alcançado nos setores econômico e social” e a “dedicação dos presidentes revolucionários no esforço pela normalização da vida política brasileira”.

Teotônio expressou que o que se procura no Brasil, desde 1922, “é um estilo de governação que faça jus ao sentimento nacional de viver democraticamente. E este, é mais do que dantes, o grande apelo nacional”. Daí ressaltar que a Revolução, para vencer, “tem que empalmar esse apelo, que tão bem foi interpretado pelo meu Partido, na Convenção de setembro passado, ao incorporar o estado de direito ao seu Programa. O que nos resta — dirigiu um gesto amplo em direção ao plenário — é cumprir, levá-lo ao povo com emoção e convicção”.

Vilela lamentou que não obstante os cuidados que o Governo vem dispensando aos jovens, estes permanecem desengajados da vida política, para lembrar a consulta do Presidente da República: “Não poderão os atuais partidos, criados por uma revolução vitoriosa, captar, em seu leito já definido, a força daqueles novos caudais?”

— A cordialidade democrática do Presidente, nessa consulta, mercê de minha parte, considerações movidas pelo mesmo sentimento de compreensão e sinceridade. Ainda porque esta pergunta passou a ser o “grande desafio da hora presente” e a palavra foi facultada “aos políticos de todas as confissões e de todos os

matizes doutrinários e pragmáticos.

Mencionando demoradamente o bipartidarismo, “onde supônho tenha pedido morada, temporariamente, o impasse institucional”, Teotônio Vilela disse que esse sistema “nasceu da preocupação de não se desvincular o poder revolucionário da prática da democracia, já que alguma coisa tinha que ser feita para preencher o vazio injustificável”.

— Tinha que se manter o jogo das aparências e o vazio injustificável foi ocupado pelo bipartidarismo. O arranjo era tão flagrante que a consciência liberal da Revolução, para salvar, em parte as suas responsabilidades no chamado “julgamento da história”, resolveu determinar que as agremiações nascidas do decreto teriam vida precária, até que se formassem os partidos definitivos. E nisso estamos.

Enfocando o comunismo, Vilela mostrou-se cético em relação ao seu avanço nos “domínios democráticos do mundo ocidental”, para quem a restauração do prestígio do liberalismo é a única ideologia capaz de combater o marxismo. E por isso mesmo “Portugal levantou-se; a Espanha reage; as democracias liberais europeias unem-se em defesa das suas tradições e, sobretudo, em nome das lutas históricas pela liberdade. Também não creio na continuação do romantismo marxista, que enfeitando a alma lírica do mundo, ganhou mais adeptos pelo sentimentalismo do que pela razão. Creio na unidade do mundo liberal mais do que creio na unidade do mundo totalitário”.

## APARTES

Num mesmo gesto Montoro e Marcos Freire iniciaram os seus pedidos de aparte. Franco Montoro primeiro expressou os cumprimentos da Oposição “à magnífica oração que V. Exa. vem de proferir; devo dizer que à defesa do desenvolvimento político da normalidade democrática que V. Exa. sustenta com tanta galhardia, tem ao seu lado, não apenas os componentes da Oposição, mas as palavras que constam de um documento dirigido ao Congresso Nacional”. E Montoro leu trecho da Mensagem Presidencial de 75.

A seguir Marcos Freire dirigiu-se a Vilela:

— Não sei se o Partido de V. Exa., que infelizmente está tão ausente, nesta tarde, neste plenário, orgulha-se do pronunciamento de V. Exa. Uma coisa, no entanto, temos certeza, a nação orgulha-se de V. Exa., nesta hora, à proporção que não se intimida, apesar de todas as limitações, de defender a volta à normalidade institucional deste país.

Muito bem V. Exa. demonstrou que não podem ser considerados ideais os movimentos de 22, de 24, de 26, de 30, de 45 e até mesmo daqueles proclamados em 64 — o que aí está. Quando vigora um regime de excessão que tem cerceado a livre atividade política dos cidadãos brasileiros, e mais ainda, V. Exa., fixou muito bem o falseamento de todas as instituições políticas que aí estão. Até mesmo o sistema partidário e o processo eleitoral, quando eles repousam numa base falsa, porque lhes falta, exatamente, a garantia da normalização constitucional deste país.

Neste instante o Senado não ouve o arenista; não houve aqui o senador de Alagoas; não ouve aqui o governista ou o oposicionista, mas está ouvindo, para deleite e honra desta Casa, o próprio grito da consciência jurídica e democrática do país.

## HOJE

Inscritos para a sessão plenária de hoje somente Orestes Quêrcia (MDB-São Paulo) — que talvez não fale — e Mauro Benevides (MDB-Ceará).

Benevides fará uma análise sobre os tributos que o Ceará tem pago, com o consequente desequilíbrio da balança do Estado. Cita Delfim Neto, para dizer que no seu tempo no Governo nunca permitiu que a legislação fiscal fosse mudada, o que prejudica sobremaneira a região. E pede seja este o “último ano de legislação fiscal prejudicando os estados pobres”.